



SUPERINTENDÊNCIA DE CONTRATOS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 037/2019/SCCC/ALMT

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso torna público, para efeito da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações que efetuou a seguinte Contratação:

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 037/2019/SCCC/ALMT

Contratada: C.L.Chacon - ME

Objeto: Prorrogação de prazo e execução dos serviços de transmissão ao vivo, via satélite, através de unidade móvel de up-link (subida e descida via satélite de sinais de áudio e vídeo de TV), para atender a TV Assembleia – Mato Grosso em seus canais: 30.1, 30.2, 32.2, 330.1 e 10 e 16 a cabo

Valor R\$ 674.940,00 (seiscentos e setenta e quatro mil e novecentos e quarenta reais).

Vigência: 04/07/2020 a 04/07/2021

Assinatura: Mesa Diretora - 02/07/2020

Presidente: Eduardo Botelho

1º Secretário: Max Russi

ATO N° 488/2020

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno;

E considerando as disposições do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo elencados para atuarem junto à fiscalização do Contrato nº 027/2020/SCCC/ALMT, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme Memorando nº 470/2020-SAP, da Secretaria de Administração e Patrimônio/ALMT, Processo SGED 202065703.

CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO	FISCAL	SUPLENTE
027/2020	DDMIX Controle de Pragas e Serviços Ltda - ME	Prestação de serviços de motoristas	Mario Sergio Corassa – Matrícula nº 41282	Júlio Cesar Rosa Moraes – Matrícula nº 42527

Art. 2º Caberá à fiscalização do contrato, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e nas Instruções Normativas SCCC-01/2014 e SCCC-02/2014, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, no que for compatível com o contrato em execução:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade;

II – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade e, quando da necessidade de prorrogação da vigência, dar início ao processo com prazo mínimo de 90 (noventa) dias;

IV – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;